

REVISTA

OCOMITIVA

Ano XXXV - Edição 451 - Dezembro 2025



Mercado da carne

**Preços,
exportações e
oportunidades**

MS Rumo ao
Carbono Zero
2030

Expocampo -
Tecnologia, inovação
e resultados

O que o produtor deve
observar após um ano de
fortes oscilações.

Como propriedades de
MS estão planejando o
futuro das fazendas?

 **SRCG**
CAMPO GRANDE
ROCHEDO
CORUINHO



ÍNDICE

- 3 Mensagem do presidente**
- 6 Sucessão Rural**
- 8 Expocampo 2025**
- 12 Saúde do produtor rural**
- 14 MS Rumo ao Carbono Zero 2030**
- 16 Mercado da Carne em 2025**
- 18 COP 30 e Pecuária Sustentável**
- 19 nova fronteira**
- 20 Tecnologia no Campo**
- 21 Irradiação de Alimentos**



Rua Raul Pires Barbosa, nº 116
Miguel Couto - Cep 79031-010
Campo Grande/MS
(67) 3341-2151 | 3341-2696
srcg@srcg.com.br

DIRETORIA - GESTÃO 2025/2028

Presidente - José Eduardo Duenhas Monreal
1º Vice-presidente - Luiz Felipe Orro
2º Vice-presidente - Eleiza Moraes Machado
1º Secretário - Julian Rios
2º Secretário - Ronan Rinaldi Salgueiro
1º Tesoureiro - Huang Jean Paul
2º Tesoureiro - Alessandro O. Coelho

Jornalista responsável: DIEGO SILVA *Jornalista:* MAYARA MARTINS

Redação: WESLEY ALEXANDRE *Direção de Arte:* ALEXANDRE BUTKENICUS

A LEI 15.190/2025 RETOMA SUA FORMA ORIGINAL

A derrubada dos 52 vetos presidenciais pelo Congresso Nacional restabeleceu a espinha dorsal da Lei Geral de Licenciamento Ambiental (Lei 15.190/2025), consolidando um marco regulatório mais racional, proporcional e alinhado às necessidades reais do setor produtivo brasileiro. A medida recoloca o país em rota de segurança jurídica, sobretudo para os produtores rurais, historicamente os mais penalizados pela burocracia e pela heterogeneidade normativa.

A nova legislação reafirma a diferenciação técnica de impacto ambiental, princípio basilar ignorado por instrumentos anteriores que tratavam atividades rurais de baixo impacto como se fossem grandes empreendimentos industriais. Com a retomada da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e da Licença de Operação Corretiva (LOC), o Congresso corrige uma distorção histórica ao ajustar o nível de exigência à natureza da atividade exercida. No caso da LAC, a lei estabelece um modelo regulatório baseado em autodeclaração qualificada, seguida de responsabilidade objetiva e fiscalização posterior. Para obras e ações de médio e baixo impacto como galpões, currais, pequenas ampliações, estradas internas, açudes de pequena capacidade e infraestrutura rural essencial trata-se de um avanço técnico relevante. A adoção da LAC reduz a assimetria entre risco ambiental e carga burocrática, eliminando etapas que retardavam melhorias produtivas sem produzir benefícios concretos ao meio ambiente. A LOC, por sua vez, oferece uma solução normativa eficaz para um passivo recorrente no campo: instalações antigas e atividades já consolidadas, muitas vezes herdadas ou estabelecidas em períodos anteriores à modernização regulatória, ficavam vulneráveis a sanções desproporcionais. A regularização corretiva permite conformidade sem penalização automática, liberando o produtor de insegurança jurídica e promovendo o alinhamento gradual ao arcabouço ambiental vigente. Outro eixo técnico central da nova lei é a isenção de licenciamento para atividades agropecuárias de pequeno porte em áreas consolidadas, desde que a propriedade esteja regular

ou em processo formal de regularização. Na prática, isso devolve racionalidade a procedimentos que, até então, tratavam práticas corriqueiras de manejo como renovação de pastagens, cultivos rotineiros e pecuária extensiva como se fossem intervenções de alto impacto. O ganho aqui é duplo: eficiência administrativa e foco da fiscalização em atividades realmente sensíveis. Essa descentralização permite que territórios com realidades ecológicas e produtivas distintas como Cerrado, Amazônia, Caatinga ou Pantanal elaborem normas proporcionais à sua sensibilidade ambiental. Para o Mato Grosso do Sul, onde já temos a lei 6160/2023 que versa sobre nosso bioma Pantanal trará maior segurança jurídica em face da prerrogativa do estado ser referendada por esta nova lei federal. É importante frisar que esta lei federal não elimina controles, nem flexibiliza indiscriminadamente o licenciamento para atividades de maior impacto. Grandes supressões vegetais, empreendimentos de infraestrutura pesada, barragens de porte, ampliações significativas de área e intervenções em zonas de alto valor ecológico continuam sob-regimes de licenciamento completo, com exigência de análise técnica minuciosa. Assim, a narrativa de “liberação geral” não se sustenta tecnicamente.

O desafio agora recai sobre os estados, que deverão regulamentar com maturidade os dispositivos restabelecidos. É responsabilidade institucional das entidades do agro nosso Sindicato, FAMASUL e associações participarmos ativamente desse processo, garantindo que a regulamentação preserve a lógica técnica da lei, assegure equilíbrio entre produção e conservação e, sobretudo, ofereça regras claras e aplicáveis ao produtor de todos os portes. A Lei 15.190/2025, com os vetos derrubados, não encerra o debate ambiental, mas inaugura uma nova fase: mais técnica, mais eficiente, mais justa. A Diretoria do Sindicato Rural reafirma seu compromisso em orientar, defender e apoiar cada produtor pequeno, médio ou grande na adaptação às novas regras. Sigamos em frente!



*José Eduardo
Duenhas Monreal*

Presidente do Sindicato
Rural de Campo Grande,
Rochedo e Corguinho



CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA O CAMPO

O Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, segue ampliando oportunidades de formação para a comunidade rural. Nesta edição, registramos momentos dos cursos técnicos e das capacitações de curta duração, como Cooperativismo, NR-31, Bolos e Biscoitos, Oficina de Alimentos Natalinos e Biscuit. Cada turma representa o compromisso do SRCG em levar qualificação, geração de renda e desenvolvimento para o campo e a cidade.





genial
investimentos | agro

BOI GORDO | MILHO | SOJA | DÓLAR

Proteção de preços no mercado futuro e de opções da B3 para garantir os melhores preços e se proteger das oscilações do mercado.



Conheça todos
os benefícios
de ser Genial Agro
e abra sua conta.

COMO PREPARAR A FAZENDA PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO?

Governança, continuidade e proteção do patrimônio familiar no campo

A sucessão rural se tornou um dos temas mais urgentes para o agronegócio brasileiro. Em Mato Grosso do Sul, onde mais de 80% das propriedades são familiares e atravessam ciclos de modernização e expansão, planejar a transição entre gerações deixou de ser uma escolha: tornou-se uma estratégia de sobrevivência e competitividade. Para muitos produtores, a pergunta já não é mais “se” haverá sucessão, mas “como” conduzi-la de forma segura, organizada e sem conflitos.

Nos últimos anos, o assunto ganhou peso dentro das pautas dos sindicatos, das consultorias de gestão e das instituições financeiras. A entrada de jovens com formação técnica, a necessidade de profissionalizar processos e o crescimento do patrimônio das famílias têm exigido um novo nível de governança na administração das fazendas.

A falta de diálogo e de regras claras ainda é a maior causa de conflitos familiares e até da perda de produtividade. Em muitos casos, o fundador centraliza decisões e não prepara os sucessores para comandar a propriedade, o que gera insegurança, desentendimentos e risco patrimonial.

Por outro lado, famílias que adotam programas de governança, com reuniões estruturadas, divisão de funções e planejamento financeiro, relatam ganhos expressivos, decisões mais rápidas, menos divergências, maior profissionalização e clareza sobre o futuro do negócio.

A governança familiar não precisa ser complexa ou restrita a grandes grupos. Ela começa com práticas simples:



- Reuniões periódicas com pauta definida e registro das decisões.
- Regimento familiar, contendo regras de convivência e responsabilidades.
- Fluxo de informações transparente, com relatórios de produção, custos e investimentos.
- Separação entre assuntos da fazenda e assuntos pessoais, evitando que o patrimônio rural seja confundido com despesas familiares.

Uma fazenda hoje é uma empresa. E, como tal, exige profissionais capacitados para desempenhar funções diversas: administração, financeiro, produção, comercialização, planejamento e tecnologia.

Para famílias com mais de um herdeiro, a divisão técnica das responsabilidades evita disputas e aumenta a eficiência. Em muitos casos, a contratação de profissionais externos, gerentes, consultores ou técnicos, ajuda a equilibrar as relações entre irmãos e pais, dando mais imparcialidade às decisões.

A profissionalização também dá segurança ao fundador, que passa a ver a sucessão como um processo estruturado, e não como uma perda abrupta de controle.



Segurança jurídica

Um dos pilares da sucessão é a formalização. Sem documentos atualizados, o risco de conflitos e até de paralisação da fazenda após a morte do patriarca, aumenta significativamente.

As principais ferramentas jurídicas utilizadas hoje incluem:

- Holding familiar para organização patrimonial e redução de custos sucessórios.
- Acordos de sócios que estabelecem regras para entrada, saída e voto dos herdeiros.
- Testamento para definir a destinação específica de bens e evitar disputas.
- Contratos claros entre familiares que trabalham na fazenda, definindo salários, responsabilidades e metas.

Produtores que adotam esses instrumentos destacam maior tranquilidade e agilidade nos processos sucessórios, sem ameaçar a unidade familiar.

Modelos de transição

A transição pode assumir diferentes formatos, conforme o perfil da família e o momento da propriedade. Entre os modelos mais comuns estão:

- Transição gradual, na qual o fundador delega responsabilidades aos poucos.
- Gestão compartilhada, com tomadas de decisão conjuntas entre pais e filhos.
- Transição antecipada, quando o herdeiro assume cedo a operação com supervisão externa.
- Transição com conselho familiar, que avalia e valida as decisões estratégicas.

Por que começar agora?

Os próximos anos exigirão propriedades mais eficientes, tecnificadas e preparadas para atender a mercados com padrões cada vez mais elevados. Sem uma sucessão organizada, o risco é perder competitividade ou até inviabilizar o negócio. Ao estruturar a sucessão rural, o produtor garante três pilares essenciais: harmonia familiar, com redução de conflitos.

EDUCAÇÃO, AGRO E INOVAÇÃO TRANSFORMAM O SRCG EM UM GRANDE PALCO DE CONHECIMENTO

A terceira edição da Expocampo 2025 marcou definitivamente o calendário da educação do campo em Campo Grande. Pela primeira vez, o evento ganhou uma programação ampliada, com três dias inteiros dedicados à formação de professores, troca de experiências pedagógicas e exposição dos projetos desenvolvidos pelas oito escolas municipais do campo. Realizada na sede do Sindicato Rural de Campo Grande, Rchedo e Corguinho (SRCG), o evento demonstrou como a integração entre educação e agronegócio fortalece o aprendizado e valoriza a cultura rural, conectando alunos, professores, pesquisadores e instituições.

A mudança no formato, apresentada pela SEMED em parceria com o Sindicato Rural, proporcionou às escolas um espaço maior, mais organizado e com foco tanto na capacitação quanto na mostra pedagógica. O resultado foi um salto de qualidade percebido por todos os participantes.

Para Francis Galdino, diretor da Escola Municipal Agrícola Barão do Rio Branco, o novo modelo trouxe benefícios imediatos. “Este ano está sendo bem diferente. Tivemos um dia inteiro sómente para formação, com recepção estruturada, materiais, palestrantes de alto nível e instituições que somam muito, como Senar, Embrapa e o próprio Sindicato. O educador do campo se sente valorizado”. Ele destaca que, diferentemente dos anos anteriores, quando tudo acontecia em um único dia, agora há tempo para re-





fletir, aprender e depois expor os trabalhos com mais cuidado.

As escolas trouxeram projetos inovadores, entre eles uma maquete de biodigestor suíno, um refeitório sustentável construído com participação da comunidade escolar e experimentos que envolvem reaproveitamento de águas cinzas, meliponário, compostagem e produtos da cozinha industrial. Participam estudantes desde a educação infantil até o ensino médio técnico, fruto de uma parceria entre o município e o Estado.

Ciência e realidade do agro na sala de aula

A Expocampo 2025 estreou com um dia exclusivo para professores, algo inédito. A proposta surgiu a partir do convite do SRCG para a realização de palestras do programa Mestres do Agro, iniciativa da associação De Olho no Material Escolar. De acordo com Analice Talgatti, chefe da Divisão dos Anos Finais e Ensino Médio da SEMED, o objetivo foi unir formação continuada e Expocampo.

“É a primeira vez que temos um dia específico para os professores. As palestras, ministradas por pesquisadores, fazem o docente olhar para o campo de forma atualizada, relacionando o conteúdo do livro com a realidade.”

Foram cerca de 240 professores reunidos para discutir tecnologia, sustentabilidade, produção de alimentos e os desafios da representação do agro nos materiais didáticos.

Quem conduziu uma das principais palestras foi o pesquisador do IPEA, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, que trouxe dados sobre independência alimentar, eficiência produtiva e mitos presentes nos livros didáticos. “Para cada menção positiva ao agro nos materiais escolares, existem 2,7 negativas. Muitos conteúdos não refletem a realidade. É preciso atualizar. O setor agropecuário é um caso de sucesso no Brasil e contribui enormemente para a economia, o



emprego e o meio ambiente". A palestra reforçou a relevância de aproximar professores de informações científicas e práticas que retratam o papel estratégico do agro brasileiro.

A vice-presidente da associação De Olho no Material Escolar, Ana Nery, celebrou a parceria inédita com o SRCG. "Estamos muito felizes. Nossa missão é ser ponte. O programa Mestres do Agro capacita professores; o Vivenciando a Prática leva crianças às propriedades; e ainda apresentaremos um teatro sobre a realidade do agro-negócio. Tudo isso valoriza as escolas do campo".

A culminância da Expocampo aconteceu no último dia, com a exposição dos trabalhos das escolas. Banners, produtos agrícolas, alimentos processados, maquetes, projetos de engenharia sustentável e ações empreendedoras mostram a potência da educação rural.

Para o presidente do SRCG, Eduardo Monreal, o evento cumpre um papel essencial. "A iniciativa

traz capacitação, ciência e valorização. Os professores saem fortalecidos. E os alunos mostram seus trabalhos científicos e produtos, desenvolvendo o empreendedorismo desde cedo. Isso é muito importante para o setor."

Monreal também destacou um momento simbólico da programação: o lançamento do livro "Comitiva Pantaneira", de Marcela Lemos Monteiro, que narra a jornada de uma boiada no Pantanal sob o olhar do personagem Tiquinho. A obra será utilizada nas escolas como material didático complementar.

A Expocampo 2025 consolidou-se como um espaço estratégico de formação, integração e valorização da educação rural. Com a presença de pesquisadores, instituições parceiras, gestores, professores e alunos, o evento ganhou robustez e reafirmou o compromisso do Sindicato Rural de Campo Grande com o desenvolvimento humano e profissional do campo.

BENEFÍCIO EXCLUSIVO PARA ASSOCIADOS SRCG

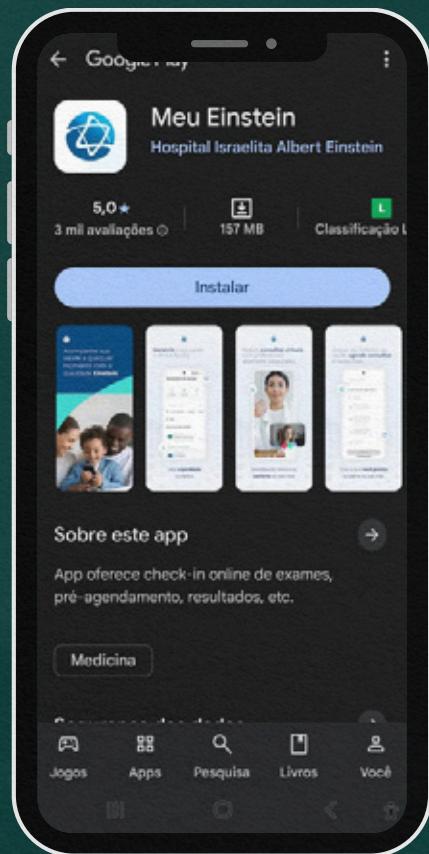
Pronto Atendimento Virtual App Meu Einstein.



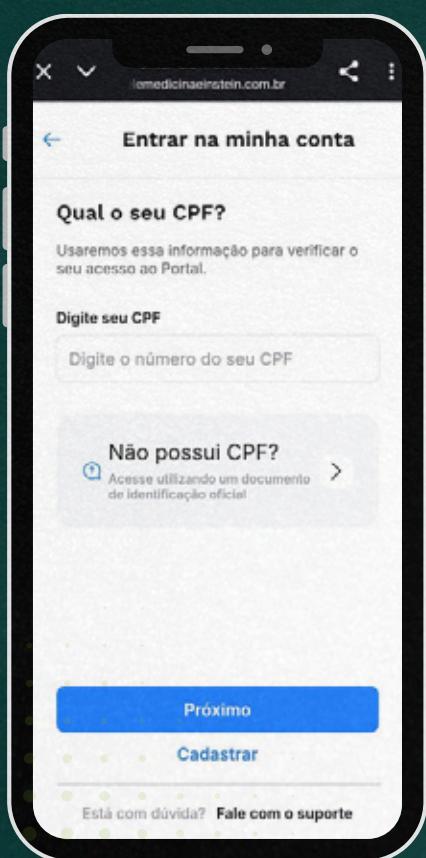
Após cadastro
realizado no SRCG,
baixe o app
Meu Einstein



Google Play

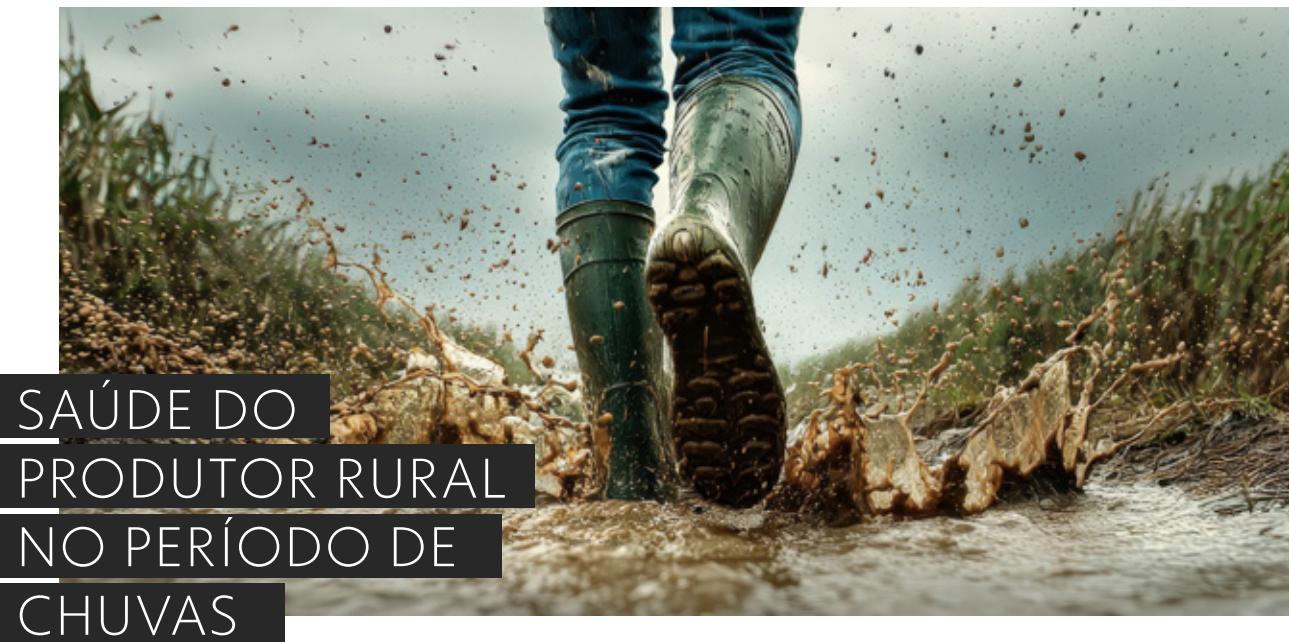


Apple Store



Login

O CPF do paciente é o login padrão.
A senha deve ser alterada após o
primeiro acesso ou clicar em “**Esqueci
minha senha**” e seguir o procedimento
que será enviado no e-mail cadastrado.



SAÚDE DO PRODUTOR RURAL NO PERÍODO DE CHUVAS

Com a chegada do período de chuvas, cresce a preocupação com a saúde do produtor rural e das equipes que trabalham diariamente nas propriedades. A combinação de alta umidade, acúmulo de água, aumento de vetores e maior movimentação no manejo do rebanho cria um ambiente propício para doenças, acidentes e situações de risco que podem comprometer tanto a saúde quanto a produtividade no campo. Para o Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, o tema é prioridade, especialmente porque o período chuvoso coincide com atividades intensas nas fazendas, como manejo de pastagens, tratos culturais e cuidados com o gado.

A maior circulação de água e a umidade elevada favorecem a proliferação de microrganismos e pragas que podem atingir trabalhadores. Entre as principais preocupações estão leptospirose, doenças fúngicas e dermatites, infecções respiratórias.

Além das doenças, o período chuvoso eleva o risco de acidentes no campo: quedas em terrenos escorregadios ou barrancos, choques elétricos durante manutenções emergenciais em cercas e equipamentos molhados, acidentes com máquinas devido à visibilidade reduzida e atolamento de tratores e acidentes com

animais, que ficam mais agitados durante tempestades ou mudanças bruscas de tempo.

Protocolos simples que evitam problemas sérios

A prevenção é a melhor ferramenta para manter a segurança das equipes. Algumas medidas práticas podem ser adotadas de imediato: equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, controle rigoroso de roedores, treinamento para trabalho em áreas molhadas, protocolo de primeiros socorros, monitoramento de sintomas e manutenção preventiva de instalações.

Cuidar da saúde dos trabalhadores é garantir continuidade na produção. Proprietários que adotam protocolos de segurança, fornecem EPIs adequados e mantêm acompanhamento médico preventivo observam menor absenteísmo, menos paralisações e mais eficiência no manejo.

Além disso, ao estruturar uma rotina de cuidados durante o período chuvoso, a propriedade reduz riscos legais e amplia o bem-estar da equipe, um fator cada vez mais valorizado em programas de certificação, auditorias e mercados que exigem responsabilidade social.

HILUX

COM CONDIÇÕES ESPECIAIS É NA

RAMIRES!

ENTRADA

48X

R\$ **1.990,00**

+ 3 INTERMEDIÁRIAS
ANUAIS

+R\$ 15 MIL
BÔNUS DE ACESSÓRIOS
+4 REVISÕES
GRÁTIS



Consulte condições na
concessionária ou no site
ramiresmotors.com.br

67 4042-8885

Toyota
Ramires Campo Grande



AV. JOÃO ARINOS, 2630

BANCO TOYOTA

Mais do que um banco, um Toyota

MATO GROSSO DO SUL RUMO AO CARBONO ZERO 2030

Ações, incentivos e como o produtor pode acessar mercados de carbono

Mato Grosso do Sul tem se colocado na linha de frente da agenda climática brasileira. Com a meta declarada de neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 203, bem antes da meta nacional de 2050, o estado vem desenhando políticas, programas e instrumentos para transformar práticas agrícolas em ativos econômicos, e não apenas custos ambientais.

O Plano Estadual “MS Carbono Neutro 2030”, o PROCLIMA, reúne ações de governo, pesquisa e fomento para reduzir emissões em setores-chave, agropecuária, energia, uso da terra e resíduos para estruturar mecanismos de remuneração por resultados ambientais. Além disso, recentemente o estado teve avanços que o tornam elegível para captar recursos vinculados a REDD+ e para estruturar um mercado estadual de carbono a partir de 2026/2027, um passo importante para transformar conservação e boas práticas em renda direta.

Incentivos vigentes e iniciativas que interessam ao produtor

Nos últimos anos surgiram programas e iniciativas com interfaces diretas ao produtor rural:

- Programas de inclusão da agricultura familiar no mercado de créditos de carbono, com projetos-piloto para que pequenos produtores do Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica possam participar e gerar renda a partir da preservação e recuperação de áreas.





- Apoio técnico e pesquisa via Fundect, Embrapa e secretarias estaduais para desenvolvimento de metodologias locais, seleção de projetos e inovação que reduzam emissões nas cadeias produtivas.

- Ações de extensão e medição: iniciativas do SENAR/MS para diagnosticar e mensurar emissões em propriedades, etapa imprescindível para depois emitir créditos e negociar no mercado.

- Incentivos por parte do setor privado (frigoríficos e compradores) que já vêm oferecendo bônus, condições de comercialização preferencial ou benefícios fiscais/financeiros a produtores que comprovem práticas de baixa emissão e rastreabilidade, um canal direto para agregar valor ao produto.

Oportunidades concretas para propriedades sustentáveis

Para quem já adotou ou está implantando práticas sustentáveis, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), plantio direto, recuperação de áreas degradadas, cercamento de nascentes, manejo de dejetos para biogás, há hoje três frentes principais de ganhos:

1. Venda de créditos no mercado voluntário: propriedades que comprovam remoção ou redução de emissões podem gerar créditos que são comprados por empresas que compensam sua pegada. O estado tem facilitado metodologias e projetos para tornar isso mais acessível.

2. Pagamentos por resultados (REDD+ / programas estaduais): com a habilitação do MS para captar recursos de REDD+, mecanismos de pagamento por conservação do Cerrado e áreas estratégicas começam a se abrir. Isso é especialmente relevante para projetos que evitem desmatamento ou recuperem vegetação nativa.

3. Acesso a mercados e prêmios de preço: frigoríficos e compradores que buscam produtos 'de baixo carbono' podem oferecer prêmios, contratos diferenciados ou preferência comercial a fornecedores certificados. Além disso, selos regionais e programas estaduais, como iniciativas de soja carbono neutro ou selos do Pantanal, ampliam credibilidade e mercado.



MERCADO DA CARNE: PREÇOS, EXPORTAÇÕES E OPORTUNIDADES

O que o produtor deve observar após um ano de fortes oscilações

O ano de 2025 se encerra como um período de ajustes profundos e reorganização no mercado da carne bovina brasileira. Após um 2024 marcado por abundância de oferta e pressão sobre as cotações, 2025 consolidou movimentos importantes no comércio internacional, nas relações comerciais com grandes compradores e na política tarifária global. O resultado é um ano que exigiu atenção redobrada do produtor e abriu portas relevantes para 2026.

A China continuou respondendo por uma fatia expressiva das exportações brasileiras, mantendo o Brasil como seu principal fornecedor. Porém, diferentemente de anos anteriores, o ritmo chinês foi marcado por oscilações. O país iniciou 2025 com compras mais moderadas, ampliando exigências de qualidade, rastreabilidade e regulidade na oferta, antes de retomar volumes mais consistentes no segundo semestre.

A alternância do apetite chinês favoreceu a estratégia brasileira de diversificação de destinos. E ela funcionou: Oriente Médio, Filipinas, Vietnã e Indonésia ampliaram significativamente suas importações ao longo do ano, compensando parte das variações chinesas. Esse movimento trouxe maior estabilidade ao mercado e reforçou a importância de o Brasil seguir investindo em novos acessos e habilitações de plantas.

Tarifas dos EUA mexeram com o tabuleiro global

Um dos fatores mais comentados do ano foi a revisão das tarifas de importação de carne bovina pelos Estados Unidos. Embora o Brasil exporte volumes limitados diretamente para o mercado norte-americano, os efeitos colaterais foram profundos. A redução de tarifas para países concorrentes, como Austrália e Canadá, provocou um redirecionamento global da oferta.

O resultado: Austrália intensificou embarques aos EUA, e isso diminuiu sua presença no mercado asiático, abrindo espaço para o Brasil ocupar nichos e aumentar vendas de cortes específicos. Já em momentos de aumento das tarifas, houve o movimento oposto: mais carne concorrente chegando à Ásia e pressionando preços. Foi um ano em que o produtor brasileiro passou a sentir, mesmo de longe, o peso da política interna dos EUA nas dinâmicas globais.

O balanço final é claro: em 2025, qualquer mudança tarifária nos EUA reverberou imediatamente na formação de preços internacionais. Reaberturas e novas habilitações impulsionaram o escoamento

O Ministério da Agricultura avançou na reabertura e habilitação de diversas plantas frigoríficas, especialmente para mercados do Sudeste Asiático e Oriente Médio. Esse movimento deu maior fluidez às exportações, ampliou o leque de compradores e reduziu a dependência de um único destino.

Para Mato Grosso do Sul, que já vinha fortalecendo programas de qualidade, protocolos de produção e certificações ambientais, 2025 consolidou a competitividade do estado em mercados de maior valor agregado. A busca global por carne com atributos sustentáveis favoreceu quem investiu em rastreabilidade e práticas de baixo carbono.

Mercado interno

O consumo doméstico apresentou recuperação gradual ao longo do ano, impulsionado pelo aumento real da renda e por queda na inflação dos alimentos. O varejo teve papel importante em estabilizar preços, especialmente no primeiro semestre, quando as exportações ainda buscavam ritmo. Mesmo assim, a preferência crescente do consumidor por cortes de melhor relação custo-benefício manteve a indústria ajustando tamanhos, ofertas e mix de produtos.

Preços: um ano de duas metades

O comportamento da arroba em 2025 foi dividido:

- Primeiro semestre: preços mais pressionados pela oferta elevada de animais terminados e pelas incertezas no mercado internacional.
- Segundo semestre: firmeza crescente, apoiada no retorno das exportações e na sinalização de menor oferta, indicando o início de uma vira-

da no ciclo pecuário.

Ao final do ano, o mercado se mostrou mais equilibrado, com expectativa de continuidade dessa trajetória em 2026.

O que o produtor aprendeu e deve levar para 2026?

O balanço de 2025 reforça pontos-chave para o produtor rural. A diversificação de mercados é vital, depender exclusivamente da China já não é sustentável. Mudanças tarifárias nos EUA afetam indiretamente o Brasil e devem seguir no radar de quem comercializa.

Custo da reposição continua determinante, o bezerro valorizou novamente, pressionando margens na recria e engorda. Eficiência operacional faz diferença na rentabilidade, especialmente em anos de alta oscilação.

Certificações e programas de qualidade ganham espaço, a busca por carne com atributos ambientais segue acelerando no mundo. Atenção ao clima e às pastagens, as variações climáticas de 2025 reforçaram a importância do planejamento nutricional.





COP 30: O QUE FICA PARA O PRODUTOR DE MATO GROSSO DO SUL?

A COP 30, realizada em Belém, marcou um ponto de virada para o agro brasileiro, especialmente para a pecuária. Pela primeira vez, as discussões globais reconheceram de forma explícita o papel dos sistemas tropicais intensivos na redução das emissões e na oferta de alimentos de baixo carbono. Delegações brasileiras, com forte contribuição da FGV Agro, da ABIEC e de entidades do Centro-Oeste, defenderam dados concretos: com boas práticas, integração de sistemas e manejo adequado, a pecuária brasileira já tem potencial técnico para reduzir entre 80% e 93% das emissões líquidas, aproximando-se de um balanço neutro na maioria das propriedades.

Esse reconhecimento internacional muda o ambiente de negócios. Nos debates de Belém, rastreabilidade, governança da cadeia, sistemas integrados, bem-estar animal, qualidade das pastagens e regularização ambiental deixaram de ser “tendências” e passaram a ser condições para acessar mercados, linhas de financiamento e programas de bonificação que devem se expandir ao longo dos próximos anos. Para o produtor de Mato Grosso do Sul, um dos estados mais avançados do país em integração lavoura-pecuária e recuperação de áreas, o cenário é de oportunidade concreta, mas também de preparação.

A COP 30 reforçou que o mundo não está olhando apenas para a emissão de metano, mas para o sistema produtivo todo. Países importadores pressionam por comprovação de origem, conformidade socioambiental e métodos de produção que aumentem a eficiência. Na prática, isso significa que as propriedades do MS que já investem em recuperação de pastagens, manejo nutricional de precisão, uso racional de insumos e integração entre ativi-

dades passam a competir em outro patamar. Quem possui Cadastro Ambiental Rural regularizado, documentação fundiária organizada e capacidade de demonstrar suas práticas ganha vantagem imediata.

Outro ponto forte discutido em Belém foi a rastreabilidade. Embora ainda haja debates sobre modelos, custos e responsabilidades, o consenso é de que o Brasil caminhará para sistemas mais completos, capazes de garantir a origem e a conformidade de todos os animais. Estados com plataformas consolidadas, como Mato Grosso do Sul, tendem a sair na frente caso o Governo Federal avance com incentivos fiscais, certificações e programas federais de transição, algo já sinalizado durante a conferência.

Para o produtor sul-mato-grossense, o caminho está claro. O mundo exige uma pecuária rastreável, eficiente, integrada e alinhada às boas práticas ambientais. E Mato Grosso do Sul tem base técnica e institucional para liderar essa agenda. As ações estaduais pela descarbonização, a difusão dos sistemas integrados e os programas de regularização ambiental já colocam o estado em destaque nos debates internacionais. Agora, com os resultados da COP 30, a mensagem é direta: quem se organizar, registrar suas práticas e intensificar com responsabilidade terá espaço garantido e valorizado no mercado global.

Se antes sustentabilidade era um diferencial, agora é um ativo econômico. E o momento de se preparar é agora, enquanto o mundo olha para o Brasil e para a pecuária de Mato Grosso do Sul como protagonistas da transição climática.



O AGRO QUE PRESERVA: 65,6% DO BRASIL AINDA É VEGETAÇÃO NATIVA

Um estudo recente da Embrapa Territorial, repercutido pela Scot Consultoria revela um dado surpreendente: 65,6% do território brasileiro permanece coberto por vegetação nativa, e 29% dessa vegetação conservada está dentro de imóveis rurais, sob responsabilidade direta de produtores. Esse número muda radicalmente a narrativa simplista de que o agronegócio está apenas consumindo florestas. Pelo contrário, segundo a pesquisa, os produtores rurais detêm a maioria da vegetação nativa preservada, cerca de 246,6 milhões de hectares.

Enquanto muitos ainda enxergam a expansão agrícola como sinônimo de derrubada, o estudo destaca outro caminho: 28 milhões de hectares de pastagens degradadas podem ser recuperados e integrados a sistemas mais produtivos, sem necessidade de abrir novas áreas nativas. Essas áreas degradadas estão, em boa parte, exatamente dentro das fazendas, o que representa uma “nova fronteira dentro da porteira”, segundo a análise.

Por meio da recuperação e da integração, o produtor pode transformar essas pastagens degradadas em áreas mais produtivas e sustentáveis, com duplo benefício: ganho econômico e ganho ambiental.

O estudo mapeia também a distribuição da vegetação nativa nas fazendas:

- Reservas Legais somam 17,9% do território

nacional.

- Áreas de Preservação Permanente (margens de rios, nascentes, morros) respondem por 3,4%.
- Há ainda 7,7% de vegetação excedente, em propriedades que mantêm mais área conservada do que o mínimo exigido pelo Código Florestal.

Para muitos proprietários, essa preservação extra já não é visto apenas como custo, mas como ativo: pode gerar receita por meio de mecanismos como Cotas de Reserva Ambiental (CRA) ou programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Além do aspecto econômico, há uma dimensão ambiental potente: cada hectare recuperado ou bem manejado contribui para sequestrar carbono, reforçar a biodiversidade, proteger solos e águas. Segundo a Embrapa, a restauração de pastagens degradadas pode reduzir a pressão por novos desmatamentos, pois aproveita solo já utilizado, transformando degradação em oportunidade.

Além disso, a presença expressiva de vegetação nativa ao redor e dentro dos imóveis rurais ajuda a sustentar regimes de chuva, a regular temperatura e a manter a resiliência climática das propriedades.



TECNOLOGIA NO CAMPO

Como o manejo de pastagens de precisão está reduzindo custos

A pecuária a pasto segue sendo a espinha dorsal do agronegócio brasileiro e, em 2025, a combinação entre sensores, drones, satélites e softwares deixou de ser privilégio de grandes fazendas para se tornar uma alternativa acessível também a produtores médios. O resultado prático: tomada de decisão mais rápida e precisa sobre lotação, suplementação e adubação e redução real de insumos e custos operacionais, com impacto direto na rentabilidade.

Um estudo da Embrapa demonstrou que imagens de satélite, combinadas com dados meteorológicos, conseguem estimar a massa de forragem disponível com até 86% de precisão, em sistemas extensivos de pastejo. Essa tecnologia permite ao produtor monitorar continuamente a variação de forragem por hectare e tomar decisões muito mais informadas sobre quando mover o gado, quanto suplementar e quando adubar.

No caso dos drones, pesquisas realizadas entre 2019 e 2021, revelaram que a estimativa da altura do pasto e da cobertura vegetal via imagens aéreas alcançou 66% de precisão em relação à medição de campo tradicional. Embora possa soar modesto, esse nível já é

suficiente para orientar decisões de pastejo e correção de carga animal de forma muito mais eficiente, evitando o “achismo” e a superexploração de pastagens.

Mas e quanto isso gera em termos práticos para a rentabilidade? Aqui, os números ainda são mais associados a estudos de manejo de insumos do que diretamente à tecnologia de sensoriamento, mas são bastante relevantes.

Em sistemas de pastagem intensiva, a aplicação de calcário e fertilizantes via taxa variável, já foi testada em experimentos de campo. Um estudo em capim Tanzânia mostrou que essa aplicação localizada aumentou a homogeneidade química do solo e reduziu o custo de produção da pastagem.

Outra pesquisa avaliou diferentes doses de nitrogênio (N) para adubação de pasto e encontrou que, embora o custo operacional variável aumente em sistemas mais intensificados, a produção animal por hectare também cresce significativamente, aumentando a receita e a lucratividade por área. Por exemplo, em um sistema com alta adubação (150 kg N/ha.ano), aumentou-se o número de animais alocados e a produção de arrobas por hectare.

No plano de recuperação de pastagens degradadas, um relatório da FGV estimou que o custo de recuperação pode ser elevado, mas, ao usar tecnologias mais eficientes, esse custo pode ser diluído com o aumento de produtividade da pastagem a médio prazo.

Um modelo “sistema de alta performance baseado em pastagens”, mostra que a intensificação bem manejada pode elevar a produtividade de carne (e bezerros) por hectare em até 30%, além de trazer ganhos ambientais através da redução das emissões de gases de efeito estufa.

Esses ganhos práticos se traduzem em uma economia real para o produtor: menor uso de fertilizantes (aplicados apenas onde necessário), melhor lotação com base na oferta de forragem, menor desperdício e menos riscos de degradação da pastagem. Também significa maior previsibilidade: com relatórios periódicos gerados por drones ou satélites, o pecuarista sabe, com antecedência, quando vai faltar forragem ou quando pode intensificar o pastejo, reduzindo surpresas no custo da suplementação ou na produção.

Além disso, ao racionalizar o uso de insumos por meio da taxa variável, você não só reduz os custos diretos (fertilizantes, corretivos) como também contribui para a conservação do solo. Isso tem impacto na sustentabilidade a longo prazo, reduzindo a necessidade de correção de solo em ciclos futuros.



IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS, UMA TECNOLOGIA SEGURA E ECONÔMICA PARA O AGRONEGÓCIO

A irradiação de alimentos, o tratamento de produtos por radiação ionizante, é uma ferramenta comprovada para aumentar a segurança, reduzir perdas pós-colheita e ampliar o prazo de validade sem uso de conservantes químicos. No Brasil, o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/USP), em Piracicaba, tem histórico de pesquisa e desenvolvimento nessa área, realizando trabalhos que vão desde o atraso do amadurecimento de frutas até o controle de pragas e redução da carga microbiana em alimentos.

A técnica atua danificando o material genético de microrganismos e insetos, por efeitos diretos da energia e por ações químicas indiretas. É um processo não térmico que preserva características sensoriais e nutricionais quando usado nas doses adequadas, sendo adotado internacionalmente para frutas em quarentena, carnes, grãos e produtos preparados.

O que o CENA está fazendo?

O CENA/USP foi pioneiro no Brasil nas pesquisas sobre irradiação de alimentos e mantém laboratórios e linhas de pesquisa ligadas à radioentomologia e ao uso de tecnologia de radiação para conservação, desinfestação e estudo de efeitos sobre produtos agrícolas. O centro desenvolve estudos de doses, efeitos em qualidade e aplicações práticas voltadas ao setor produtivo, além de formar profissionais na área.

Custos e viabilidade econômica

Do ponto de vista de investimento, existem três tecnologias principais. O custo inicial varia conforme a tecnologia e a escala: irradiadores industriais demandam investimentos elevados em infraestrutura, mas o custo por unidade tratada tende a cair conforme o volume anual aumenta. Estudos econômicos mostram custos de tratamento que variam muito com escala, em estudos internacionais, valores de tratamento chegam a variar entre frações de centavo a alguns centavos por libra (0,5 a 7 cents por libra), com aceleradores eletrônicos tendo custos operacionais diferentes dos equipamentos com fonte isotópica. Em resumo: para cadeias com volumes regulares e acesso a mercados que valorizam segurança/quarentena, a irradiação pode ser altamente competitiva.

Oportunidades

- Carnes: maior segurança para exportação e acesso a nichos que exigem redução de patógenos; pode reduzir rejeições no mercado externo.

- Grãos e sementes: redução de perdas por insetos durante armazenamento, possibilidade de reduzir uso de fumigantes e atender exigências de higiene para mercados concorrentes.

- Frutas: tratamento de quarentena que facilita exportação para mercados que restringem pesticidas, além de estender shelf-life e reduzir perdas pós-colheita.

AGENDA DE CURSOS

- 01 a 02/12 NR 31.13 Trabalhador e Vigia em Secadores, Silos e Espaços Confinados
- 01 a 02/12 Formação de Líderes de Equipe
- 01 a 03/12 Atendimento ao Cliente e Comercialização de Produtos Agropecuários
- 01 a 05/12 Confecção de Tralhas de Cabeça para Equinos (Material Sintético) Módulo II
- 02 a 03/12 Gestão Financeira da Propriedade Rural
- 03/12 Noções de Primeiros Socorros
- 03 a 04/12 Operação de Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) Módulo I
- 04 a 06/12 Manutenção Preventiva de Tratores Agrícolas (Pneus)
- 04/12 NR 31.6 Utilização Correta de Equipamentos de Proteção Individual
- 04 a 05/12 Gestão de Marketing nas Redes Sociais
- 05 a 06/12 Operação de Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) Módulo I
- 05/12 Boas Práticas para Serviços de Alimentação
- 08 a 09/12 Gestão Financeira da Propriedade Rural
- 09 a 10/12 Operação de Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) Módulo I
- 15 a 16/12 Oratória Comunicação Assertiva



ANIVERSARIANTES DO MÊS

Dezembro

**ALICE VILELA DO CARMO
ANA MARGARIDA GOMES FREIRE
ANTONIO SERGIO CHIQUITO
BRENO DE ARRUDA MORAES RIBEIRO
DANIEL DE BARBOSA INGOLD
DIRCE MARIA CORREA DE SOUZA
EDUARDO NASCIMENTO OLIVEIRA
ESTEVAM VOLLET NETO
FERNANDO DE CASTRO CUNHA
FRANCISCO DE FATIMA SOUZA QUEIROZ
GENY RATIER PEREIRA MARTINS
HUMBERTO EVERTON PAULI
IRACEMA PECCINI
JOAO CESAR DE ALMEIDA CASSIANO
JOAO ERNANI NERY DE MELLO
LECINDO MARCONDES DE SOUZA
LEILA ALVES ROBERTO
MARIA CONCEIÇÃO MEDEIROS HORN
MAURICIO NEGREIROS DUNCAN
MAURO DIAS VIEIRA
MAX BERNHARD MATTER
NEIVA BARBOSA CAÇÃO
NELSON GARCIA DE FREITAS
NILO CARVALHO E SA
NORBERTO BRAULIO OLEGARIO SOUZA
OHARA MARIA TERRA DOS SANTOS
PEDRO CHAVES DOS SANTOS FILHO
RODNEY FERREIRA DE SOUZA JR
RODRIGO ALMEIDA DE NACHIF
ROSALINA PEREIRA F.NUNES
ROSILENE GOIS PAES
RUY FACHINI FILHO
SILAS PAES BARBOSA
SILVIO CESAR DA MOTTA MACIEL JUNIOR
TULIO BRANDAO C.MARTINS DE ARAUJO
VALDENOR ANGELO CORREA
VALDEZ ALVES DE OLIVEIRA
VICENTE OLIVA COELHO
WALDOMIRA ANGELO CORREA
WILSON AMORIM DE PAULA**





**ANUNCIE E
SEJA VISTO!**
LIGUE
(67) 3341-2151

CLASSIFICADOS

Carlos Salles dos Santos (casado e com 2 filhos) - (18) 99676-3914 / Procura vaga de emprego para serviços gerais, caseiro, jardinagem ou campeiro

Zilvan Pereira Luna (solteiro e sem filhos) - (67) 99681-3800 / Procura vaga de emprego para auxiliar de veterinário

Jairso de Vasconcellos (solteiro) - (67) 99255-0574 / Procura vaga de emprego para tratorista. Tem experiência na carteira e referências

Eber Malheiro Nunes (casado e tem 2 filhos) - (67) 99917-3294 / Procura vaga de emprego para capataz. A mulher também procura emprego, tem experiência com cozinha e organização de sede

Marcelo Carrilho Oliveira Lima (casado e sem filhos que acompanham) - (67) 99645-3403 / Procura vaga de emprego para administrador de agropecuária

Erike Antônio Gonçalves Coene (casado e sem filhos) - (67) 99607-9721 / Procura vaga de emprego para operador de máquinas, motorista. Tem mais de 10 anos de experiência na área. A mulher também procura emprego como cozinheira ou ajudante de cozinha

Nicolli da S. Souza (casada e sem filhos) - (67) 99134-6504 / Procura vaga de emprego para analista de recursos humanos

Rafael Nogueira Gonçalves de Almeida (casado e com 3 filhos) - (67) 99244-6491 / (67) 99891-5926 / Procura vaga de emprego para caseiro ou serviço gerais em chácara ou fazenda. A esposa irá acompanhar e também procura emprego

ACESSE O SITE

SINDICATO RURAL
DE CAMPO GRANDE,
ROCHEDO E CORGUINHO



SRCG
CAMPO GRANDE
ROCHEDO
CORGUINHO

ACESSE
[WWW.SRCG.COM.BR](http://www.srcg.com.br)

SIGA-NOS **@SINDICATORURALCG**